



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 845
Proc.: 31.232/08

Rubrica

Processo nº: 31.232/08 (6 volumes)
Origem: Departamento de Estradas de Rodagem do DF - DER
Assunto: Licitação
Montante em exame: R\$ 22.715.989,29
Ementa: Inspeção para acompanhar a execução do Contrato nº 012/2009, celebrado entre o DER/DF e a Empresa TRIER Engenharia Ltda., cujo objeto é a implantação da ligação entre Ceilândia e Samambaia - DF-459. Irregularidades e dano ao Erário. Representação de cidadão.
A ICE propõe o encaminhamento de determinações e recomendações ao DER, bem como resposta à representação de entidade privada.
Voto parcialmente convergente.

RELATÓRIO

Os presentes autos destinam-se a examinar a Concorrência nº 09/2008 – DER/DF (fls. 1 a 12), cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia para a execução das obras necessárias à conclusão da Rodovia DF-459 (2ª etapa), no trecho da ligação entre Ceilândia e Samambaia.

O Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia da CICE informou inicialmente que, em decorrência desse certame, foi celebrado o Contrato nº 12/2009, entre o DER/DF e a Empresa TRIER Engenharia Ltda., posteriormente aditado em 24,499% (R\$ 4.505.139,25), conforme o Sexto Termo Aditivo.

Esta é a instrução da unidade técnica:

I – Considerações iniciais

3. Primeiramente, importa esclarecer que a inspeção ora relatada foi autorizada mediante determinação contida no item III da Decisão nº 7.604/2009 (fls. 358), parcialmente transcrita a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: (...) III - **com fundamento no art. 41, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 121 do Regimento Interno do TCDF, autorizar a Inspeção competente a realizar**



inspeções periódicas no DER/DF, com intuito de acompanhar a execução do Contrato nº 12/2009; (...)” (grifamos).

4. Ressaltamos que a obra de implantação da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia (DF-459) é tratada também nos Processos nºs 40946/07 e 42891/09 comentados a seguir.

- do Processo nº 40946/07

5. Esse processo cuida da análise dos questionamentos apresentados pelo Ministério Público de Contas por conta do longo tempo decorrido entre a licitação e a celebração de alguns contratos celebrados pelo DER/DF, dentre os quais o de nº 48/2007 (fls. 540/548), firmado com a Empresa TORC Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. (atual TRIER Engenharia Ltda.), em 22 de novembro de 2007, cujo objeto é a implantação da 1ª etapa da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia (DF-459), no valor estimado de R\$ 5.097.902,08.

6. As obras objeto do contrato retrocitado foram iniciadas em 22/11/07 (fls. 549) e recebidas pelo DER em 14/8/09 (fls. 611/612).

7. Na planilha de fls. 760/764, estão listados os serviços que compõem o ajuste supracitado e as respectivas quantidades medidas, as quais, ao final (12ª e última medição, fls. 604), totalizaram R\$ 6.318.239,20.

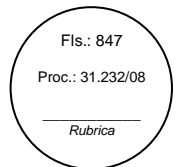
8. A observação da planilha dos serviços medidos que compõem o Contrato nº 48/2007 (fls. 760/764) evidenciou que foram executados somente os serviços de terraplenagem, drenagem, plantio de grama batatais em placas, bem como a galeria de águas pluviais.

9. A vista aérea às fls. 772 (Foto nº 01) situa a obra contemplada no Contrato nº 48/2007 e mostra os serviços realizados à época. A imagem revela a movimentação de terra no trecho entre Ceilândia e o Córrego Taguatinga e a construção da Galeria de Águas Pluviais entre Samambaia e o Córrego Taguatinga.

- do Processo nº 42891/09

10. O processo em referência trata do exame do Edital de Concorrência nº 11/2009, a fim de contratar obras complementares para a implantação da rodovia DF-459, no montante de R\$ 7.107.243,14, cujo orçamento estimativo é mostrado às fls. 768/770.

11. A licitação supracitada encontra-se suspensa em razão de questionamentos do Tribunal, dentre os quais, o fato de a Concorrência nº 11/2009 contemplar a contratação de serviços já considerados no Contrato nº 12/2009 (em pleno curso à época), inclusive nas mesmas quantidades, conforme teor da Decisão nº 2074/2010, a seguir transcrita:



“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício nº 290/2010 - GDG/DER - DF (fl. 73) e seus anexos (fls. 74/87); II - em relação à Decisão Liminar nº 240/2009-P/AT: a) considerar improcedentes as justificativas referentes ao item II, "a", 1 e 2 e procedentes as relativas ao item II, "a", 3; b) reiterar as diligência (sic) do item II, "a", 1 e 2; III - determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que mantenha suspensa a Concorrência nº 11/2009, até posterior deliberação desta Corte; IV - autorizar: a) o envio de cópia da instrução de fls. 102/107 e do relatório/voto da Relatora ao DER/DF, com vistas a subsidiar o atendimento desta decisão; b) a juntada de cópia do relatório/voto da Relatora ao Processo nº 31232/08, em face do contido nos seus parágrafos 23 e 24; c) o retorno dos autos à 3ª ICE, para as providências pertinentes.”

12. A propósito do item IV da decisão supra, e considerando o contido nos §§ 23 e 24 do relatório/voto da Relatora do Processo (fls. 366), com efeito, o valor empenhado é superior ao previsto inicialmente em razão de aditivo contratual, conforme documento anexo às fls. 391/392.

13. Observa-se, destarte, que a implantação da via de ligação Ceilândia – Samambaia, ainda inconclusa, foi objeto, até o momento, de três processos licitatórios (um suspenso), tendo sido firmados, em decorrência, os Contratos nºs 48/2007 e 12/2009, entre o DER/DF e uma mesma empresa, a TRIER Engenharia Ltda., antiga TORC Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., ambos aditados em 23,9% e 24,5%, respectivamente (fls. 565 e 391/392).

II – Do acompanhamento do Contrato nº 12/2009 (execução da DF-459)

14. Às folhas 525 e 526/527 constam, respectivamente, os termos de recebimento provisório e definitivo da obra em tela.

15. O ajuste cuidou da denominada 2ª etapa da DF-459, a qual, em princípio, visava à conclusão das obras iniciadas pelo Contrato nº 48/2007 (1ª etapa).

16. Foram contemplados serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais (2 pontes não consideradas no Contrato nº 48/2007), obras de arte correntes, obras complementares e sinalização, no valor previsto de R\$ 18.394.798,93 (fls. 111 e 116). Às folhas 773 (Foto nº 02) temos uma vista aérea que mostra o desenvolvimento da 2ª etapa da obra.

17. As planilhas às fls. 760/764 e 765/767 trazem o rol dos serviços estimados e medidos para o Contrato nº 12/2009 (Pavimentação e



Obras de Arte Especiais, respectivamente). Ao final das medições, o ajuste totalizou R\$ 22.715.955,75 (fls. 505).

18. Procedemos à análise de preço dos itens novos mais relevantes.

19. O exame supracitado não revelou discrepâncias em relação aos preços de mercado.

20. Nesse aspecto, ressaltamos somente o item “Locação de treliça lançadeira” (fls. 766), cujo preço unitário de R\$ 432.640,00/mês não foi possível ser aferido devido à inexistência desse serviço nos sistemas referenciais de orçamento utilizados (SINAPI/CEF, VOLARE/PINI e SICRO2/DNIT). No entanto, verificamos que a Jurisdicionada promoveu a devida pesquisa de preço desse item no mercado e atendeu às demais formalidades exigidas.

21. Quanto ao quantitativo medido do item supracitado, cotejamos os números apresentados com as anotações do Diário de Obras. Essa comparação revelou que as medições estão coerentes com os registros do livro de obras.

22. Nos demais aspectos, os exames *in loco* e a análise da documentação revelaram algumas impropriedades, as quais fizemos constar da Matriz de Achados às folhas 778/779 e comentadas a seguir.

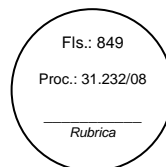
- achado: falhas na formalização e registro do Diário de Obras

23. O exame do livro de ocorrências (Diário de Obras) evidenciou a ausência de assinatura do engenheiro responsável pela Contratada, conforme preceitua o item 9.7 do Edital de Concorrência nº 09/2008 (fls. 9-v).

24. Além dessa falha formal, inexistente nesse documento o registro acerca de qualquer problema técnico encontrado, das soluções adotadas, mudanças no projeto, adequações construtivas ou pendências.

25. Com efeito, a análise das medições evidenciou mudanças no projeto básico, tanto quantitativas como qualitativas, a exemplo dos seguintes itens originalmente não previstos no contrato: fundação tipo tubulão a céu aberto e ar comprimido, concreto estrutural fck 30 MPa, sondagem rotativa, locação de treliça lançadeira, mobilização e desmobilização de treliça lançadeira, colchão drenante, pré-laje.

26. Registramos, ainda, que inexistente no Diário de Obras ou nos processos examinados qualquer referência à inexecução da ciclovias prevista em projeto ao longo do canteiro central.



27. Ademais, verificamos uma pendência relativa às lajes de transição da ponte que tiveram seus serviços iniciados (Armadura de aço CA-50) e não concluídos (ver Foto nº 03 às fls. 774).

28. Esses serviços foram aferidos na 14ª medição, e pagos, no valor de R\$ 28.540,04 (fls. 470). No entanto, na 15ª medição, esse montante foi zerado (fls. 673), o que efetivamente corresponde a uma glosa.

29. Ressalvamos que no Diário de Obras há o registro dos serviços de armação das lajes de transição (fls. 660 e 661, início e fim, respectivamente, das anotações).

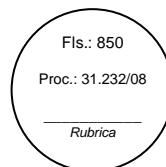
30. Em contato com o fiscal da obra, fomos informados que esse serviço não foi executado na sua totalidade para impedir o trânsito na via ainda inconclusa, uma vez que o término da obra depende de licitação por realizar (Edital de Concorrência nº 11/2009, Processo nº 42891/09).

31. Ocorre que a empresa efetivamente despendeu recursos com a execução das armaduras de aço das lajes de transição. No entanto, não há nenhuma referência a essa pendência, tanto no Diário de Obras quanto no processo do DER/DF que trata do contrato em tela. Note-se que a obra já foi recebida definitivamente (fls. 526) e esse item não consta do Edital de Concorrência nº 11/2009 relativa à contratação dos serviços remanescentes (ver orçamento às fls. 768/770).

32. Entendemos que o Diário de Obras é documento valioso para a contratada e para o contratante, e constitui-se de importante fonte de informações para auxiliar a fiscalização externa, pois se trata de registro diário de pendências e ocorrências relevantes verificadas no decorrer da obra que demandam futuras correções, além de evidenciar a inspeção efetiva por parte da Administração.

33. Destacamos, por oportuno, que, a partir de 1º de janeiro de 2011 será obrigatória a adoção do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geografia, Geologia, Meteorologia e demais profissões vinculadas ao Sistema Confea/Crea.

34. O Livro de Ordem, instituído pela Resolução Confea nº 1024, de 21 de agosto de 2009 (fls. 780/782), é a memória escrita de todas as atividades relacionadas com a obra ou o serviço de engenharia e servirá de subsídio para comprovar autoria de trabalhos, garantir o cumprimento das instruções técnicas e administrativas, dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa à obra, avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho e servir de eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos.



35. Nesse sentido, entendemos que o Tribunal pode determinar ao DER/DF que, nas futuras execuções contratuais, faça registrar, no Diário de Obras, todas as informações relevantes sobre o empreendimento, tais como os problemas encontrados, as soluções adotadas, as mudanças de projeto, as adequações construtivas e pendências existentes, conforme disposição do § 1º do Art. 67, caput da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das orientações constantes da Resolução Confea nº 1024, de 21/8/09.

- achado: inobservância das especificações de projeto

36. A ciclovia, prevista ao longo do canteiro central em toda a extensão da via (ver o Anexo V ao Edital de Concorrência nº 09/2008 - Termo de Referência Para a Pavimentação da Rodovia DF-459 às fls. 15/24, itens 3.3.3 e 3.3.7) não foi executada, como atesta a Foto nº 04 às fls. 774. Esse item tampouco foi contemplado no Edital de Concorrência nº 11/2009 (Processo nº 42891/09) para a contratação de obras complementares para a construção da rodovia DF-459 (ver orçamento às fls. 768/770).

37. Alertamos que a implantação de ciclovias faz parte do programa cicloviário do Distrito Federal, no qual o DER tem importante papel na construção, objetivando melhoria na segurança dos ciclistas no trânsito e na mobilidade urbana.

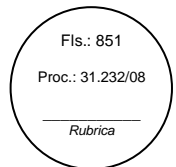
38. A Lei nº 3.639, de 28 de julho de 2005, que dispõe sobre a implantação de ciclovias nas rodovias do Distrito Federal, estabelece, em seu art. 1º, que deverão ser previstas ciclovias em todos os projetos rodoviários, bem como nas estradas em fase de construção.

39. A obrigação de executar o contrato fielmente é esculpida na Lei de Licitação, em seu art 66, *in verbis*:

“O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.”

40. Entendemos que essa falha configura uma grave irregularidade da fiscalização, o que pode comprometer o interesse público por não se executar a obra conforme projeto, ensejando eventual aplicação de multa. No entanto, deve-se atentar para o fato de que a obra, como um todo, está inacabada e existe nova licitação para conclusão dos itens remanescentes.

41. Diante do exposto, é necessário determinar ao DER/DF que oriente a fiscalização para que, nos próximos acompanhamentos de contratos de obras de engenharia, formalize adequadamente qualquer pendência ou alteração de projeto que implique mudança



nas especificações do objeto contratado, inclusive promovendo a comunicação ao superior imediato dessas circunstâncias.

42. Em complemento, diante do assunto exposto nos §§ 27 a 31 e 36 a 40 anteriores, é imperioso anexar cópia da presente instrução ao Processo nº 42891/09 que analisa o Edital de Concorrência nº 11/2009 para a contratação dos serviços necessários à complementação da DF-459, de forma que daquela concorrência passe a constar os serviços necessários à conclusão da laje de transição e à execução da ciclovía prevista em projeto e, por consequência, caracterizem a completude da obra de ligação entre Ceilândia e Samambaia.

- achado: falhas no planejamento da obra

43. Um fator normalmente associado a atrasos em obras é a deficiência no planejamento, evidenciado pela falta de recursos orçamentários ou pela existência de muitas revisões de serviços durante o decorrer dos trabalhos.

44. No caso em tela nos deparamos com a realização, a princípio, de três licitações para concluir uma obra rodoviária de apenas 2,6 km de extensão e sem grandes desafios construtivos.

45. Nas duas etapas do empreendimento (1ª etapa, Contrato nº 48/2007 e 2ª etapa, Contrato nº 12/2009, com orçamentos reproduzidos às fls. 760/767), até o momento, observamos vários itens dos respectivos orçamentos que não foram executados ou que sofreram acréscimos de quantitativos acima de 100%, além da inserção de itens novos na planilha.

46. Esses fatos denotam um planejamento deficiente, mesmo considerando que o preço global tenha permanecido nos limites prescritos nos §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

47. O exame dos documentos de fls. 653 e 658/659, onde se solicitam aditivos ao Contrato nº 12/2009, e a observação da planilha orçamentária com os quantitativos medidos (fls. 760/767) evidenciam falhas tanto em aspectos geológico/geotécnicos quanto nos quantitativos previstos, em vista das seguintes ocorrências: medição de material de 3ª categoria muito superior ao previsto em projeto; discrepância nos quantitativos de volume de movimentação de terra; não previsão de água em vários pontos do traçado, o que provocou significativo aumento do item de serviço “colchão drenante”; mudança de concepção das pontes; ausência de sondagem prévia para definir o tipo de fundação, etc.



48. Essas situações não são de todo incomuns e, invariavelmente, têm como gênese o descaso dos gestores com o Projeto Básico, apesar da importância conferida a esse elemento na Lei de Licitações.

49. Ademais, observe, às folhas 658, que o executor do contrato, ao se referir às obras da 2ª etapa (Contrato nº 12/2009), afirmou que foi realizada revisão do projeto em fase de obras nos moldes da metodologia do DNIT para as obras rodoviárias e, ainda, que “O DER/DF elaborou o orçamento para execução dos serviços baseado do (sic) projeto originalmente elaborado para a implantação da obra ...”.

50. Note-se que o projeto original tomado por base tem orçamento de agosto de 2001 (fls. 283/289), enquanto a licitação que deu origem ao Contrato nº 12/2009 é de setembro de 2008 (fls. 12), ou seja, há uma defasagem entre o Projeto Básico e a licitação de, pelo menos, 7 anos.

51. Da mesma forma, o Contrato nº 48/2007, assinado em 22 de novembro de 2007 – apesar de a licitação ser de 2001 –, teve defasagem com o projeto de, no mínimo, 6 anos.

52. Desse modo, as impropriedades, desde a origem, levaram a reformulações e atrasos que acarretaram expressivo aumento do custo estimado, ainda assim, insuficientes para concluir a obra, considerando que o Edital de Concorrência nº 11/2009, atualmente suspenso, foi lançado para a contratação de obras complementares à implantação da rodovia DF-459.

53. Na Decisão nº 532/2010 (Processo nº 40946/07), de 2/3/2010, a Corte determinou, no item II, 1, que o DER/DF não celebre contratos cujos processos licitatórios tenham sido realizados há mais de um ano, procurando resolver parte da impropriedade antes relatada.

54. Ocorre que, às vezes, o contrato pode ser assinado logo após a licitação, mas o Projeto Básico é antigo, como no caso em análise.

55. Destarte, como forma de alcançar o outro aspecto do problema e evitar falhas decorrentes de Projeto Básico defasado, os fatos ora expostos ensejam determinação à Jurisdicionada para que, nas futuras contratações de obras rodoviárias, promova a atualização dos respectivos projetos de engenharia antes do início das licitações, evitando revisões do projeto durante a execução das obras ou alterações excessivas.

- achado: falha na execução do objeto (trinca no pavimento e defeitos no corpo do aterro)



56. Na visita *in loco* realizada em 6/10/10, verificamos a existência de trincas no pavimento conforme registro fotográfico (Fotos nºs 05 e 06) às folhas 775.

57. Além desse problema, constatamos falhas no aterro próximo ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), conforme registro às folhas 776, Foto nº 07, de 29/9/10. Ressaltamos que esse aterro foi objeto do Contrato nº 48/2007, executado pela TORC Terraplanagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., atual TRIER Engenharia Ltda.

58. Com referência à higidez do empreendimento, vejamos o que prevê o art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 acerca da garantia quanto à obra executada:

“Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

...

§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato”.

59. O Novo Código Civil, por sua vez, estabelece:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito”.

60. Desse modo, sugerimos, com amparo no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 618 do Novo Código Civil, ao Tribunal que determine ao DER/DF a convocação da TRIER Engenharia Ltda. para promover a recuperação do aterro junto ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), inclusive com recomposição da grama, e suprimir as trincas no pavimento observadas nas vias próximas do início do referido aterro, dando notícia a esta Corte de Contas dessa providência. Ademais, é necessário encaminhar as folhas 775 e 776 da presente instrução ao DER/DF para esclarecer os pontos aqui tratados.



- achado: inobservância ao princípio administrativo de segregação de funções

61. O exame da documentação encaminhada revelou que o executor do Contrato nº 12/2009 (fls. 380) foi também o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação nº 09/2008 (fls. 343), da qual decorreu o ajuste em tela.

62. Esse fato revela a inobservância ao princípio básico da administração pública da segregação de funções nos processos de contratação e execução das obras de implantação da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia – DF-459.

63. A segregação de funções na gestão administrativa deriva do princípio da moralidade administrativa, esculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

64. No caso em tela, um mesmo agente foi o presidente da comissão que emitiu juízo acerca das propostas apresentadas no processo licitatório e, na sequência, fiscalizou a execução do contrato decorrente.

65. Desse modo, sugerimos ao Tribunal emitir recomendação à Jurisdicionada para que observe o princípio administrativo da segregação de funções, evitando nomear integrante da comissão de licitação como executor dos respectivos contratos.

- achado: superfaturamento

66. No relatório de medição às fls. 681/703, encontramos as memórias de cálculo dos quantitativos medidos.

67. Chamamos a atenção para o quantitativo do serviço “50027 – Transporte de brita graduada, usina pista para DMT até 5km(*)”, medido em m³ (fls. 683).

68. O cálculo desse volume é apresentado como segue:

$$\text{Vol} = 10.046,830 \times (2.400/1.500) = 16.074,929 \text{ m}^3 \text{ (fls. 683).}$$

69. Observe que a relação 2.400/1.500 representa o fator que multiplica o volume de base de brita graduada (BBG) compactada para se chegar ao volume de brita graduada solta a ser transportada nos caminhões, onde o numerador é a densidade aparente máxima seca da BG (2.400 Kg/m³) e o denominador a densidade solta seca desse agregado (1.500 Kg/m³).

70. Esses valores, teoricamente, resultaram de ensaios da base de brita graduada executados em conformidade com o subitem 4.3 – Controle Tecnológico da Obra, do Anexo V do Edital de Concorrência



nº 09/2008 (Termo de Referência para a Pavimentação da Rodovia DF-459 Ligação Ceilândia-Samambaia – 2ª Etapa) (fls. 23-v).

71. Apreendemos que é altamente improvável que resultados de ensaios de determinação de densidades deem origem a valores inteiros como os apresentados.

72. Para confirmar os valores das densidades adotados na medição (2.400 Kg/m³ e 1.500 Kg/m³), solicitamos os respectivos ensaios à Jurisdicionada por meio da Nota de Inspeção nº 4/2010, recebida na autarquia em 25/11/2010 (fls. 759). No entanto, decorridos, até o momento, 10 dias da data limite, não obtivemos resposta do DER/DF.

73. Como é cediço, a brita que ocorre no DF é proveniente de rocha calcária. Esse tipo de rocha tem densidade aparente seca média da ordem de 26,6 kN/m³, com intervalo entre 25,0 kN/m³ e 28,0 kN/m³ (podemos considerar que 1 kN/m³ corresponde a 100 kg/m³).

74. A brita graduada é um material proveniente exclusivamente da britagem de rocha. Essa transformação acrescentou aos vazios originais dos grãos os espaços entre as várias partículas que compõem a BG. Desse modo, espera-se que a densidade da brita graduada compactada seja consideravelmente menor do que os valores de densidade da rocha de origem.

75. Em razão da omissão da jurisdicionada na apresentação dos ensaios de caracterização da BG, recorremos aos valores definidos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, presentes no documento “Procedimentos Utilizados para Orçamentos e Obras de Pavimentação e Urbanização em Áreas Urbanas e Viárias” (fls. 777), que mostra os seguintes valores para o material com ocorrência no DF:

Quadro de Densidades

| Material | Estado de compactação seca | Densidades kg/m ³ |
|----------------|----------------------------|------------------------------|
| Brita Graduada | Energia normal | 1.975 |
| | Energia intermediária | 2.168 |
| | Solta seca | 1.605 |

Fonte: NOVACAP

76. Note-se que a base de brita graduada (BBG) será compactada de acordo com o Método DNER-ME 48/64, utilizando-se energia intermediária (subitem 3.3.4 do Termo de Referência às fls. 18), o que nos leva a adotar o valor de densidade máxima seca igual a 2.168 kg/m³ e, para a densidade solta seca, 1.605 kg/m³.



77. Desse modo, o volume apresentado no § 68 da presente instrução passa a ter o seguinte valor:

$$\text{Vol} = 10.046,830 \times (2.168/1.605) = 13.571,045 \text{ m}^3$$

78. Se considerarmos esse novo valor nos cálculos do transporte da BG, teremos a economia mostrada a seguir:

50027-Transporte de brita graduada, usina pista para DMT até 5km(*)

$$\text{Economia} = (16.074,929 - 13.571,045) \times 13,34 = \text{R\$ } 33.401,81$$

50029-Momento extraordinário de transporte de brita graduada (*)

$$\text{Economia} = (16.074,929 - 13.571,045) \times (48-5) \times 1,03 = \text{R\$ } 110.897,02$$

79. A economia total, considerando a correção no volume da brita graduada a ser transportada, é de R\$ 142.855,84, a valores de março/2008, que caracteriza superfaturamento na obra de implantação da 2ª etapa da ligação Ceilândia – Samambaia – DF-459.

80. Os fatos apontados configuram dano ao Erário, o que possibilita a transformação dos autos em TCE, conforme prescreve o § 4º do art. 2º da Emenda Regimental nº 1/98, alterada pelas Emendas Regionais nºs 4/99 e 23/08.

81. Desse modo, sugerimos ao Tribunal que cite o sr. Samuel Dias Júnior, designado executor do Contrato nº 12/2009 (Instrução de Serviço de 01 de abril de 2009 às folhas 380), para apresentar defesa, ou, se quiser, recolher o débito registrado no § 79 desta instrução.

III – Conclusões e sugestões

82. O acompanhamento das obras referentes ao Contrato nº 12/2009, relativo à implantação da 2ª etapa da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia – DF-459, revelou impropriedades concernentes à formalização e ao registro das anotações no Diário de Obras.

83. Verificamos falha no controle interno no aspecto relativo à ausência de segregação de funções entre o processo de contratação e fiscalização do empreendimento, além da promoção de licitação com base em Projeto Básico defasado em, pelo menos, 7 anos.

84. Constatamos, ainda, a inexecução de itens contemplados em projeto, falhas executivas, bem como superfaturamento.

85. Vale registrar que deixaremos de propor audiência dos responsáveis pelas falhas relativas ao Diário de Obras e à inobservância de projetos, uma vez que:



- a) O Livro de Ordem (ou Diário de Obras) será obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2011 para obras e serviços de engenharia, conforme a Resolução Confea nº 1024, de 21 de agosto de 2009 (fls. 780/782);
- b) A inobservância às especificações do projeto pode ser corrigida na Concorrência nº 11/2009 (suspensa conforme item III da Decisão nº 2.074/2009, Processo nº 42891/09) para a contratação dos serviços necessários à complementação da DF-459, de forma que passe a constar os serviços necessários à conclusão da laje de transição e à execução da ciclovía prevista em projeto.

86. Quanto à conversão dos autos em TCE (§§ 79 a 81 desta instrução), sugerimos a citação do indicado no § 81 anterior para que apresente defesa ou, se quiser, recolha o débito.

A proposta da Inspeção é no sentido de que o Tribunal:

- I. tome conhecimento da presente instrução e da documentação inserta aos autos às folhas 367/782;
- II. considere atendido o item III da Decisão nº 7.604/09;
- III. recomende ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF que observe o princípio administrativo da segregação de funções, evitando nomear integrante da comissão de licitação como executor dos respectivos contratos;
- IV. determine ao DER/DF que:
 - a) nas futuras fiscalizações de obras de engenharia, faça registrar, no Diário de Obras, todas as informações relevantes sobre o empreendimento, tais como os problemas encontrados, as soluções adotadas, as mudanças de projeto, adequações construtivas e pendências existentes, inclusive promovendo a comunicação ao superior imediato dessas circunstâncias, conforme disposição do § 1º do Art. 67, caput da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das orientações constantes da Resolução Confea/Crea nº 1024, de 21/8/09;
 - b) nas futuras contratações de obras rodoviárias, promova a atualização dos respectivos projetos de engenharia antes do início das licitações, evitando revisões do projeto durante a execução das obras ou alterações excessivas;
 - c) com amparo no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 618 do Novo Código Civil, convoque a TRIER Engenharia Ltda., executora dos Contratos nºs 48/2007 e 12/2009, para promover a recuperação do aterro junto ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), inclusive com recomposição da grama, e suprimir as trincas no pavimento observadas nas vias próximas ao início do referido aterro;
- V. determine:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 858
Proc.: 31.232/08

Rubrica

a) a conversão dos autos em TCE, conforme prescreve o § 4º do art. 2º da Emenda Regimental nº 1/98, alterada pelas Emendas Regimentais nºs 4/99 e 23/08;

b) a citação do Executor do Contrato nº 12/2009, indicado no § 81 desta instrução, para apresentar defesa ou, se preferir, recolher o débito calculado em R\$ 142.855,84 a preços de março/2008 (§ 79 desta instrução), em razão de ter atestado e, em decorrência, provocado o pagamento dos serviços “50027-Transporte de brita graduada, usina pista para DMT até 5km(*)” e “50029-Momento extraordinário de transporte de brita graduada (*)” superfaturados, conforme descrito nos §§ 66 a 79 desta instrução;

VI. autorize:

a) o envio de cópia da presente instrução (fls. 783/800) ao Processo nº 42891/09, que trata do Edital de Concorrência nº 11/2009 para a contratação dos serviços remanescentes necessários à implantação da DF-459, em razão dos assuntos tratados nos §§ 27 a 31 e 36 a 40;

b) a remessa ao DER/DF das fls. 775/776 como forma de esclarecer o item IV, “c”, anterior;

c) o retorno destes autos à 3ª Inspeção de Controle Externo para as providências necessárias.

Posteriormente, através da Informação nº 025/2011 – 3ª ICE/Acomp (fls. 810/812), a Inspeção relatou que, antes da apreciação de suas conclusões, deu entrada nesta Corte a representação de fls. 805/807:

[...] por intermédio da qual o Presidente da Associação Comercial de Ceilândia, Sr. Clemilton Saraiva dos Santos, após discorrer sobre os transtornos causados à população local em face da paralisação da obra, solicita a retomada de sua execução (fl. 807).

O órgão técnico avaliou o pedido:

4. Ocorre que os trabalhos requeridos para a conclusão do empreendimento estão sendo licitados por meio da Concorrência nº 11/2009, objeto de outros autos que tramitam nesta Corte, o Processo de nº 42.891/2009, no âmbito do qual o Tribunal, na última assentada, mediante a Decisão nº 5885/2010 (fl. 809), resolveu:

“(...) II – em relação à Decisão Liminar nº 240/2009-P/AT, reiterada pela Decisão nº 2074/2010: a) considerar insatisfatórios os esclarecimentos apresentados em face do item II-a.1, haja vista que o DER/DF não logrou justificar a abertura da Concorrência nº 11/2009, visando a contratação dos mesmos serviços e nas mesmas quantidades já contemplados no Contrato nº 12/2009; b) reiterar a diligência relativa ao item II-a.1; c) cumprido e procedentes as justificativas referentes ao item II-a.2; III – determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que mantenha suspensa a Concorrência nº 11/2009, até posterior



deliberação desta Corte acerca dos esclarecimentos a serem prestados quanto à diligência relativa ao item II-a.1 da Decisão Liminar nº 240/2009-P/AT, reiterada pela Decisão nº 2074/2010; (...).”.

5. Com base nas informações acima, opinamos no sentido de que seja noticiado ao Sr. Clemilton Saraiva dos Santos, Presidente da Associação Comercial de Ceilândia, que a solução requerida em sua representação está sendo analisada no Processo nº 42.891/2009, o que depende do equacionamento das irregularidades ali constatadas, consoante os termos da decisão transcrita no parágrafo anterior.

Desse modo, surgiram novas propostas, de fls. 811/812, a serem inseridas nas sugestões anteriores, para que esta Corte:

I. tome conhecimento da representação de fls. 805-807;

II. noticie à Associação Comercial de Ceilândia que a solução requerida em sua representação está sendo analisada no âmbito do Processo nº 42.891/2009, o que depende do equacionamento das irregularidades ali constatadas, consoante os termos da Decisão nº 5885/2010;

III. autorize a juntada da decisão a ser proferida ao Processo nº 42.891/2009;

IV. delibere acerca das proposições de fls. 798/800, haja vista não terem sido as mesmas afetadas pela presente representação;

V. ordene o retorno dos autos à 3ª ICE para as providências pertinentes.

Quando o feito estava em fase de elaboração de voto neste Gabinete, vieram aos autos, tardiamente, documentos destinados a atender à solicitação prevista na Nota de Inspeção nº 04/2010.

Nesse passo, procedeu-se a nova instrução (fls. 838/844), da qual advém a seguinte análise:

I – Considerações iniciais

3. Atendendo à determinação desta Corte presente no item III da Decisão nº 7.604/2009 (fls. 358), este Núcleo de Fiscalização de Obras procedeu à inspeção no DER/DF com vistas ao acompanhamento da execução do contrato em tela, relatada por meio da Informação nº 18/10 – CICE/Núcleo de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia, às fls. 783/800.

4. Ocorre que, antes da apreciação deste Tribunal acerca das proposições de fls. 798/800, foi anexada aos autos a demanda da Associação Comercial de Ceilândia versando sobre as “Obras da Via de Ligação Ceilândia-Samambaia” (fls. 804/807).

5. Na Informação nº 025/2011 - 3ª ICE/Acomp (fls. 810/812), a documentação supracitada foi analisada levando à conclusão de que o



pleito daquela Associação é objeto de outros autos, Processo nº 42891/2009, de forma que foi proposta a notificação à entidade nesse sentido e, ainda, a retomada da deliberação acerca das proposições do NFO às fls. 798/900.

6. Nesse ínterim, antes da manifestação do Tribunal, a 3ª ICE, por meio do expediente às fls. 813, fez juntar aos autos a documentação de folhas 814/835, encaminhada pelo DER/DF.

7. Desse modo, retornam os autos a esse Núcleo de Fiscalização de Obras para exame e manifestação, conforme se verifica no despacho de fls. 837/837-v.

II – Do exame da documentação encaminhada pelo DER/DF

8. A documentação em referência (fls. 814/835) foi inicialmente requerida pela Nota de Inspeção nº 04/2010 (fls. 759). O DER/DF, ao não se pronunciar sobre o assunto até a data do término da Informação nº 18/2011 (14/12/2011), gerou a necessidade de os autos serem instruídos na ausência das informações requeridas, relativas aos laudos de ensaios do controle tecnológico da Base de Brita Graduada (ver fls. 759 e 794/797).

9. Há que se ressaltar que, em conformidade com o previsto no item 4.3 do Anexo V da Concorrência objeto destes autos (nº 009/2008), o controle tecnológico faz parte das atribuições da empresa contratada e deve ser acompanhado pelo DER/DF, tanto no que se refere à aprovação dos procedimentos quanto no tocante à aferição dos resultados pelo laboratório da própria autarquia (fls. 23-verso).

10. Tendo por base essas obrigações e considerando improvável que os resultados relativos à base de brita graduada fossem valores inteiros (2400 kg/m³ para a densidade aparente máxima seca e 1500 kg/m³ para a densidade solta seca), como os considerados na medição dos serviços de transporte (item 50027 – fl. 683), solicitou-se ao DER/DF a apresentação dos ensaios. O prazo de três dias foi, então, dimensionado pensando no fiel cumprimento das obrigações legais, de forma que esses ensaios estariam disponíveis e verificados pelo DER/DF.

11. No entanto, a demora no atendimento não nos fez concluir dessa maneira, gerando, inclusive, a proposição de conversão dos autos em TCE e citação do responsável, uma vez que os valores de referência utilizados pela NOVACAP indicavam outros padrões para as densidades antes mencionadas, sinalizando possível prejuízo na medição dos serviços de transporte (fls. 777).

12. Passados quase cinco meses da solicitação, o DER/DF fez protocolar nesta Casa os ensaios solicitados durante o procedimento fiscalizatório relatado às fls. 783/800. Verifica-se nessa documentação (fls. 814/835), elaborada pela empresa contratada, TRIER Engenharia, que o documento encaminhado: não traz a assinatura dos responsáveis pelos ensaios; foi utilizada a energia do Proctor Modificado (55 golpes) no ensaio de compactação para determinação da densidade máxima aparente seca em



laboratório, enquanto, no projeto, estabeleceu-se a energia do Proctor Intermediário (subitem 3.3.4 do Termo de Referência às fls. 18).

13. Embora os valores contidos nos laudos enviados sejam coincidentes com os previstos na medição (fls. 819 e 822), o histórico da obra, a demora no envio das informações e as falhas indicadas no parágrafo anterior não permitem, a princípio, atribuir credibilidade ao conteúdo dos documentos, uma vez que se está obtendo da própria empresa contratada o parâmetro para o pagamento dos seus serviços.

14. Para que não fosse duvidosa a informação prestada, seria necessário que se realizasse uma contraprova, de maneira que uma amostra de brita fosse retirada da pedreira fornecedora (Pedreira Contagem – fl. 818) e analisada em laboratório, conforme o traço utilizado na obra e informado pela empreiteira (27% Brita 1, 25% Brita 0 e 48% Pó de Pedra, fl. 818). Essa análise seria cotejada também com a decorrente do material retirado in loco, para se avaliar a qualidade da execução dos serviços prestados.

15. Para viabilizar a realização dos ensaios (granulometria, índice de suporte California – ISC, equivalente de areia, compactação e outros), é necessário que este Núcleo de Obras conte com uma estrutura laboratorial não disponível. Dessa forma, seria preciso lançar mão da prerrogativa existente no art. 93 da Lei Complementar nº 01/94 para que, com isenção, fossem realizados os ensaios requeridos. Considerando que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP dispõe desta estrutura, sugere-se ao Tribunal que determine a esse órgão a realização desses ensaios, na presença de técnicos deste Núcleo e do DER/DF, que devem ser oportunamente indicados.

16. Após a confecção dos referidos laudos, restando não comprovada a adequação dos valores medidos, retomar-se-iam as sugestões de conversão dos autos em TCE.

17. Cabe informar, ainda, que a sugestão de envio de cópia das recentes instruções destes autos para o Processo nº 42891/09 não mais se faz premente, uma vez que esses autos já foram instruídos considerando as informações obtidas nestes autos, a partir do contato estabelecido entre este NFO e o SAC da 3ª ICE.

A proposta da CICE é no sentido de que o eg. Plenário:

- I. tome conhecimento das instruções mencionadas, da presente informação, da documentação inserta aos autos às fls. 367/782, da representação às fls. 805/807 e da documentação às fls. 814/835;
- II. considere atendido o item III da Decisão nº 7.604/09;
- III. noticie à Associação Comercial de Ceilândia que a solução requerida em sua representação está sendo analisada no âmbito do Processo nº 42.891/2009;
- IV. recomende ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF que observe o princípio administrativo da segregação de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



funções, evitando nomear integrante da comissão de licitação como executor dos respectivos contratos;

V. determine ao DER/DF que:

a) nas futuras fiscalizações de obras de engenharia, faça registrar, no Livro de Ordem, instituído pela Resolução CREA nº 1024, de 21/08/2009, obrigatório desde 1º/01/2011, todas as informações relevantes sobre o empreendimento, tais como os problemas encontrados, as soluções adotadas, as mudanças de projeto, adequações construtivas e pendências existentes, inclusive promovendo a comunicação ao superior imediato dessas circunstâncias, conforme disposição do § 1º do Art. 67, caput da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das orientações constantes da Resolução Confea/Crea nº 1024, de 21/8/09;

b) nas futuras contratações de obras rodoviárias, promova a atualização dos respectivos projetos de engenharia antes do início das licitações, evitando revisões do projeto durante a execução das obras ou alterações excessivas;

c) com amparo no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 618 do Novo Código Civil, convoque a TRIER Engenharia Ltda., executora dos Contratos nºs 48/2007 e 12/2009, para promover a recuperação do aterro junto ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), inclusive com recomposição da grama, e suprimir as trincas no pavimento observadas nas vias próximas ao início do referido aterro;

VI. determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, com fulcro no art. 93 da Lei Complementar nº 001/94, que realize, no prazo de 60 (sessenta) dias, ensaios de contraprova relativos à brita graduada utilizada na construção da DF-459, contactando para tanto esta Corte e o DER/DF para a designação de profissionais que acompanharão os ensaios referidos nos parágrafos 14 e 15 desta Informação;

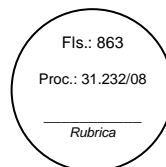
VII. autorize:

a) a remessa ao DER/DF das fls. 775/776 como forma de esclarecer o item V, “c”, anterior;

b) o envio de cópia desta Instrução à NOVACAP, para facilitar o entendimento do requerido no item VI desta sugestão;

c) o retorno destes autos à 3ª Inspeção de Controle Externo para as providências necessárias.

É o relatório.



VOTO

Os presentes autos foram instaurados em fiel cumprimento ao item III da Decisão nº 7.604/09, pelo qual este eg. Colegiado determinou a realização de inspeções periódicas no Departamento de Estradas de Rodagem – DER, visando ao acompanhamento do Contrato nº 12/2009.

Esse ajuste destinou-se à implantação da via de ligação entre Ceilândia e Samambaia, há muito reclamada pela população local, e que, contudo, sofreu inúmeros entraves decorrentes de falhas relacionadas tanto à licitação da obra quanto à execução propriamente dita.

No que se refere ao acompanhamento do Contrato nº 12/2009, a Inspeção não identificou inicialmente discrepâncias nos preços em relação ao mercado.

No exame *in loco*, destacaram-se as seguintes impropriedades:

- falhas na formalização e registro do Diário de Obras – nesse ponto, propõe o órgão técnico que seja determinado ao DER, em futuros contratos, o registro no diário de todas as informações relevantes para o empreendimento;
- inobservância das especificações do projeto – verificou-se a inexecução da ciclovias prevista no edital do certame que deu origem ao contrato, sugerindo a instrução que essa parte da obra e a conclusão da laje de transição sejam incluídas no edital da Concorrência nº 11/2009;
- falhas no planejamento da obra – mostra-se contundente a afirmação do órgão técnico de que “[...] *nos defrontamos com a realização, a princípio, de três licitações para concluir uma obra rodoviária de apenas 2,6 km de extensão e sem grandes desafios construtivos [...]*”, denotando-se itens dos orçamentos que não foram executados ou que sofreram acréscimos excessivos. Sugere a unidade técnica que se determine à jurisdição para que, nas futuras contratações de obras



rodoviárias, promova a atualização dos respectivos projetos de engenharia antes do início das licitações;

- falhas na execução do objeto – consistente na trinca e defeitos no corpo do aterro. A proposta do órgão técnico é de convocação da “[...] *TRIER Engenharia Ltda. para promover a recuperação do aterro junto ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), inclusive com recomposição da grama, e suprimir as trincas no pavimento observadas nas vias próximas do início do referido aterro [...]*”;

- inobservância ao princípio administrativo de segregação de funções - o executor do Contrato nº 12/2009 (fls. 380) foi também o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação nº 09/2008 (fls. 343), da qual decorreu o ajuste. Sugere-se, no ponto, recomendação para que se evite nomear integrante da comissão de licitação como executor dos respectivos contratos;

- superfaturamento – verificou-se falhas no cálculo do volume a ser transportado para os itens “50027 – Transporte de brita graduada, usina pista para DMT até 5km” e “50029-Momento extraordinário de transporte de brita graduada”, o que levaria a um dano ao erário de R\$ 142.855,84, ensejando conversão dos autos em TCE e o chamamento do servidor Samuel Dias Júnior, executor do contrato.

Noticiou a ICE, ainda, conforme bem destacado através da Informação nº 025/2011 – 3ª ICE/Acomp, que, antes da apreciação de suas conclusões, deu entrada nesta Corte a representação de fls. 805/807, pela qual o Presidente da Associação Comercial de Ceilândia, Sr. Clemilton Saraiva dos Santos, após discorrer sobre os transtornos causados à população local em face da paralisação da obra, solicita a retomada de sua execução.

A instrução sugeriu informar ao interessado que a solução requerida na referida representação está sendo analisada no Processo nº 42.891/09, o que depende do equacionamento das irregularidades ali constatadas.

Quando este autuado já se encontrava em análise neste Gabinete, vieram aos autos documentos destinados a atender à solicitação prevista na Nota de Inspeção nº 04/2010, relativa aos laudos de ensaios de controle tecnológico da Base de Brita Graduada (fls. 813/835).



O órgão técnico, com os novos documentos apresentados, cuja ausência levava aquela unidade técnica a propor a conversão dos autos em TCE e a citação do responsável, tendo em vista possível prejuízo na medição dos serviços de transporte, levantou os seguintes questionamentos:

- O documento, elaborado pela empresa contratada, TRIER Engenharia não traz a assinatura dos responsáveis pelos ensaios;
- foi utilizada a energia do Proctor Modificado (55 golpes) no ensaio de compactação para determinação da densidade máxima aparente seca em laboratório, enquanto, no projeto, estabeleceu-se a energia do Proctor Intermediário (subitem 3.3.4 do Termo de Referência às fls. 18);
- Não obstante os valores contidos nos laudos enviados sejam coincidentes com os previstos na medição, o histórico da obra, a demora no envio das informações e as falhas acima indicadas não permitiriam atribuir credibilidade ao conteúdo dos documentos, uma vez que se está obtendo da própria empresa contratada o parâmetro para o pagamento dos seus serviços.

A solução apresentada pela Inspeção é a realização de uma contraprova, retirando-se uma amostra de brita da pedreira que forneceu o material, remetendo-a para análise em laboratório, cujos resultados seriam comparados com o material retirado do local, para avaliar a qualidade da execução da obra.

Lembrando que aquele Núcleo de Obras não conta com a estrutura laboratorial necessária, a instrução sugere a utilização da prerrogativa do art. 93 da Lei Complementar nº 01/94¹, determinando-se que a Companhia Urbanizadora da Nova Capital – NOVACAP realize os ensaios na presença de técnicos deste Núcleo e do DER/DF, a serem oportunamente indicados.

Realizada a análise laboratorial, os seus resultados poderiam indicar, ou não, a necessidade de se manter a proposta de conversão dos autos em TCE.

Pela leitura dos autos, entende-se que o procedimento sugerido pela CICE parece ser a melhor alternativa para a adequada avaliação da execução da

¹ Art. 93. O Tribunal de Contas, para o exercício de sua competência institucional, poderá requisitar aos órgãos e entidades distintas, sem quaisquer ônus, a prestação de serviços técnicos especializados, a serem executados em prazo previamente estabelecido, sob pena de aplicação da sanção prevista no art. 57 desta Lei.



obra, mesmo que isso implique novo atraso para a sua continuidade, dados os imensos percalços verificados no curso do processo, razão pela qual não se pode abrir mão da qualidade do controle.

Quanto ao item IV da proposta da instrução (fl. 843), entendo que se deva converter a recomendação em determinação, em face de sua natureza, para vedar a nomeação de integrante da comissão de licitações como executor dos contratos, ante o evidente conflito de atribuições.

No que se refere ao item V, letra “c”, da proposta da unidade técnica (item IV, letra “d”, do meu voto) parece-me mais adequado, preservando certa autonomia do DER quanto à condução do caso, permitir que o órgão avalie a necessidade de convocação da empresa contratada para os reparos necessários, e, qualquer que seja a opção eleita, encaminhe a este Tribunal as razões de sua escolha.

Desse modo, acompanhando em parte a instrução, VOTO no sentido de que o eg. Tribunal:

I - tome conhecimento das instruções da 3ª ICE e da CICE, da documentação de fls. 367/782, da representação de fls. 805/807 e da documentação de fls. 814/835;

II - considere atendido o item III da Decisão nº 7.604/09;

III - informe à Associação Comercial de Ceilândia que a solução requerida em sua representação está sendo analisada no âmbito do Processo nº 42.891/09;

IV - determine ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF que:

a) observe doravante o princípio administrativo da segregação de funções, evitando nomear integrante da comissão de licitação como executor dos respectivos contratos;

b) nas futuras fiscalizações de obras de engenharia, faça registrar, no Livro de Ordem, instituído pela Resolução CREA nº 1024, de 21.08.09, obrigatório desde 1º.01.11, todas as informações relevantes sobre o empreendimento, tais como os problemas encontrados, as soluções adotadas, as mudanças de projeto, adequações construtivas e pendências existentes, inclusive promovendo a comunicação ao superior imediato dessas circunstâncias, conforme disposição do § 1º do art. 67, *caput* da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das orientações constantes da Resolução Confea/Crea nº 1024, de 21.08.09;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



c) nas futuras contratações de obras rodoviárias, promova a atualização dos respectivos projetos de engenharia antes do início das licitações, evitando revisões do projeto durante a execução das obras ou alterações excessivas;

d) com amparo no art. 73, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e no art. 618 do Novo Código Civil, avalie a possibilidade de convocação da firma TRIER Engenharia Ltda., executora dos Contratos nºs 48/2007 e 12/2009, para promover a recuperação do aterro junto ao encabeçamento das pontes no lado Norte (Ceilândia), inclusive com recomposição da grama, e suprimir as trincas no pavimento observadas nas vias próximas ao início do referido aterro, informando a este Tribunal, se for o caso, outras medidas adotadas, com as razões de sua escolha;

e) informe a este Tribunal se houve pagamento pelos serviços que não foram executados referentes à laje de transição e à execução da ciclovias;

V - determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, com fulcro no art. 93 da Lei Complementar nº 001/94, que realize, no prazo de 60 (sessenta) dias, ensaios de contraprova relativos à brita graduada utilizada na construção da DF-459, contactando para tanto este Tribunal e o DER/DF para a designação de profissionais que acompanharão os ensaios referidos nos parágrafos 14 e 15 de fls. 841/842;

VI - autorize:

a) a remessa ao DER/DF das fls. 775/776 como forma de esclarecer o item IV, “d”, anterior;

b) o envio de cópia da Informação nº 8/11 – CICE/NFO e deste voto à NOVACAP, para facilitar o entendimento do requerido no item V supra;

c) o retorno dos autos à 3ª ICE para as providências necessárias.

Sala das Sessões, de setembro de 2011.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora